



Universidade Federal do Pará
***Campus* Universitário de Altamira**
Faculdade de Etnodiversidade
Curso Licenciatura em Educação no Campo
Polo de Anapu

VERA LÚCIA MACHADO DA SILVA



**A EDUCAÇÃO E AS INSATISFAÇÕES DAS FAMILIAS EM RELAÇÃO AO
ENSINO OFERTADO EM UMA ESCOLA RURAL NO MUNICÍPIO DE ANAPU.**



ANAPU
2019

VERA LÚCIA MACHADO DA SILVA

**A EDUCAÇÃO E AS INSATISFAÇÕES DAS FAMILIAS EM RELAÇÃO AO
ENSINO OFERTADO EM UMA ESCOLA RURAL NO MUNICÍPIO DE ANAPU.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza, na Universidade Federal do Pará, Faculdade de Etnodiversidade, para o grau de licenciatura plena em Ciências da Natureza.

Orientadora: Prof.^a Ma. Ana Débora da Silva Lopes

**ANAPU
2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586e Silva, Vera Lúcia Machado da
A educação e as insatisfações das famílias em relação ao ensino ofertado em uma escola rural no município de anapu / Vera Lúcia Machado da Silva. — 2019.
29 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. MSc. Ana Débora da Silva Lopes
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Etnodiversidade, Campus Universitário de Altamira, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

1. Comunidade. 2. Escola. 3. Família. 4. Educação do campo. I. Título.

CDD 500.1

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida.

Ao meu digníssimo esposo Ismael Ramos.

Meu filho Guilherme Silva.

Meus Pais João dos Reis Vieira e Maria Rita Machado.

A meus sogros Alzira Ramos e Pedro.

Agradeço a meu esposo que incansavelmente lutou junto comigo na caminhada acadêmica, dando todo apoio necessário para que não viesse fraquejar.

A minha família de modo geral.

A minha orientadora professora Débora Lopes (universidade Federal do Para) pela dedicação e interesse na produção deste trabalho.

A comunidade Santana juntamente com a escola São José II, que foi essencial na minha pesquisa e estágios não mediram esforço em ajudar.

A CFR (Casa Familiar Rural de Anapu) por me receber para realização dos últimos estágios e por ter me dado a oportunidade de conhecer um pouco da realidade da mesma.

Todos meus colegas do curso que estiveram presentes nessa caminhada, pela amizade e momentos de aprendizado que passamos juntos.

Todos os professores que tivemos a oportunidade de aprendermos juntos, sem a contribuição de vocês seria impossível chegar ao final desta caminhada.

E todas as pessoas que contribuíram de alguma forma na realização deste trabalho.

RESUMO

O presente artigo trata da educação escolar e as insatisfações das famílias em relação ao ensino que vem sendo ofertado aos seus filhos em uma escola rural no município de Anapu. O principal objetivo desse trabalho é analisar o modelo de ensino que vem sendo ofertado na escola da comunidade e as questões apontadas pelos pais para colaborar na construção de práticas educativas, que possam diminuir as insatisfações das famílias. Para isso, apresentaremos instrumentos, baseados na proposta da Educação do Campo, como possibilidade de contribuir para alcançar métodos de ensino que contemplem os saberes e necessidade local. Os elementos utilizados para análise e reflexão serão: a vontade dos pais em relação ao que almejam como ensino produzido na escola, a função da escola na comunidade e pensar em maneiras para que a participação dos pais possa colaborar no planejamento e construção de ensino que tenha a identidade da comunidade. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi observação participante e entrevistas com uso de questionário semiestruturado, realizadas nos Tempos Comunidade - TC e estágios, além da posterior interlocução com os pais de alunos. Foram realizadas também pesquisas bibliográficas em livros e artigos científicos de autores que discutem essas temáticas, como: Hage (2013), Sikora (2013), Coelho (2011), Augusto et al. (2004), entre outros, que mostram que o planejamento e a gestão democrática podem abrir caminhos para a busca de possíveis soluções para os desafios e problemas enfrentados na escola, que ao se articular com a comunidade através de ações por meio do conselho escolar, por exemplo, podem a partir dos amparos legais buscar recursos junto aos programas governamentais que fomentam a estruturação da escola, tais como, o transporte escolar, a merenda escolar e a formação de educadores. Como efetivação da Educação do Campo, como política pública que contribui nesse processo, o curso de Licenciatura em Educação do Campo com ênfases em ciências da natureza veio como multiplicador na formação de profissionais docentes que estarão capacitados a lutar por esta causa.

Palavra-chave: Comunidade, Escola, Família, Educação do Campo

INTRODUÇÃO

A escolha do presente tema surgiu da necessidade de problematizar a realidade de uma escola do campo a partir das lentes de uma estudante do curso de Licenciatura em Educação do Campo que durante seu percurso de formação teve acesso aos diversos temas e instrumentos que proporcionaram ter condições para apontar as possibilidades de trabalhar a Educação do Campo de maneira que contemple a realidade da comunidade, refletindo sobre as insatisfações dos pais com o modelo de ensino que vem sendo trabalhado na mesma.

Mediante o processo de formação que acontece no Tempo Universidade e Tempo Comunidade, o curso de licenciatura em Educação do Campo, nos trouxe a compreensão de que se a educação não for trabalhada para o campo de forma “emancipatória”, podemos viver um século de lutas sem de fato ocorrer mudanças concretas na educação e valorização dos cidadãos do campo. Para Hage (2013), emancipar, significa ter a possibilidade de tomar suas próprias decisões, de acordo com os seus interesses e suas necessidades. Assim, as populações do campo têm o direito de definir seus próprios caminhos, suas intencionalidades, seus horizontes.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar as insatisfações das famílias com relação ao ensino ofertado aos seus filhos em uma escola do campo no Município de Anapu, problematizadas com base na proposta pedagógica da Educação do Campo e conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996, que no artigo 28 estabelece que as escolas rurais poderão fazer as adequações necessárias de acordo com a necessidade e o interesse local, levando em consideração o clima, a produção familiar e a organização escolar própria de modo que os conteúdos curriculares e metodológicos contemplem a realidade da comunidade.

Diversos autores discutem a Educação do Campo e refletem sobre o seu histórico, os desafios encontrados, a função social da escola do campo, a importância da educação como condicionante ao êxodo rural, dentre eles: Hage (2013), Coelho (2011), Sikora (2013), Santos (2017), Junior e Neto (2011), entre outros, bem como outros documentos, a Lei 8069/90 e a constituição de 1988, as quais serão fundamentais na nossa reflexão sobre a proposta que se almeja para efetivação da Educação do Campo.

Diante das discussões e apontamentos dos autores citados e dos desafios encontrados na escola da comunidade, o objetivo geral do presente texto é refletir sobre os problemas educacionais e sugerir algumas possibilidades de solução com base na proposta da Educação

do Campo. Nesse sentido, para compreender a realidade escolar vivenciada, os seguintes questionamentos nortearam o diálogo com os pais dos alunos: existe diferença no ensino da escola da comunidade para o da escola da cidade? Qual o tipo de ensino almejado para seus filhos? Se tivesse possibilidade de escolha, escolheriam que seus filhos estudassem na escola da cidade ou da comunidade e por que? Qual a perspectiva em relação a possibilidade do advento do ensino médio na comunidade? Tem algum conhecimento sobre a proposta de ensino das escolas do campo? E quando os seus filhos precisam sair da comunidade para continuar seus estudos, o que você pensa sobre isso? Você sabia que temos uma lei que garante o ensino de qualidade sem a necessidade de sair da comunidade? O que poderia melhorar a qualidade do ensino na escola?

A comunidade Santana está localizada no município de Anapu-Pa, km 30, onde está situada a escola São José II, é uma escola de grande porte em relação as demais escolas rurais do município, contendo 05 salas de aula, 02 banheiros, 01 cozinha, 01 secretaria, 01 sala de supervisão pedagógica, 01 sala onde fica os livros que era para ser uma biblioteca, porém, não organizada devido o espaço e falta de matérias. Recebe alunos desde a alfabetização até o nono ano, sendo que grande parte dos alunos dependem do transporte escolar para chegar até a escola.

A educação pública do município está longe do que sonhamos, principalmente a educação do campo que sofre com escolas precárias, falta de formação e desvalorização profissional, e sobretudo com um ensino que contempla apenas a visão urbana. Segundo Coelho (2011), desde o Brasil colonial a educação foi tratada com descaso, mas, esse cenário vem se transformando ao longo dos anos, fruto de muitas lutas travadas no objetivo de alcançar o campo não como políticas compensatórias e sim como direito. De acordo com Brasil (2007), apenas a partir da Constituição de 1988 foi que a legislação brasileira relativa à educação passou a considerar as especificidades das populações identificadas com o campo. Antes disso, a educação para essas populações era citada apenas para propor uma educação instrumental assistencialista ou de ordenamento social.

Durante anos a fio o camponês, em todos os aspectos, foi visto como coitado e infelizmente isso ocorre até hoje, porém, atualmente existem instrumentos legais que garantem dignidade e respeito aos que vivem no campo. Em se tratando da educação no campo de qualidade, mesmo que ainda não seja de fato efetivada, nos permite lutar no sentido de transformar esse cenário, pois a Lei 93494/96 no seu artigo 26 afirma que o currículo escolar deve ter base nacional comum e que pode ser adequado em cada estabelecimento escolar com as características regionais e locais da cultura dos alunos; já o artigo 23 no §2º

estabelece que: “O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta lei.”

Os pais da Escola São José II, sonham com uma educação que tenha alguma ligação com a realidade local, que contemplem seus anseios, e que favorecem uma melhor relação entre a escola e a família. Nesse sentido, pode-se apoiar na LDB que estabelece uma base curricular comum, mas que a mesma pode ser adequada a cada região e esses ajustes podem se dar conforme a necessidade de cada localidade, baseados na participação e na coletividade que interliga comunidade e escola.

METODOLOGIA

O curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira, funciona a partir da pedagogia da alternância, com etapa na universidade - Tempo Universidade (TU), e outra na comunidade do estudante - Tempo Comunidade (TC).

Por meio dos TUs foi possível obter elementos necessários para a discussão e fundamentação teórica desse trabalho. Os dados foram obtidos através das pesquisas dos TCs, quando tive a oportunidade de retornar para a comunidade Santana, durante os quatro anos de formação. Para compreender melhor sobre educação escolar e a relação entre comunidade e escola, fiz uso da observação participante (WHYTE 2005), e realizei entrevista com 22 pais de alunos que têm filhos que estudaram e que ainda estudam na escola São José II, mediante uso de questionário semiestruturado, com perguntas relacionadas ao que as famílias consideram importante sobre o ensino na escola da comunidade e os problemas enfrentados por estes pais para manterem seus filhos frequentando a escola.

Por respeito aos comunitários, os nomes dos interlocutores que contribuíram com a pesquisa ficarão no anonimato.

RESULTADOS E DICUSSÃO

Durante o diálogo com os 22 interlocutores a respeito da situação atual do ensino na escola ficou evidente a insatisfação sobre o modelo de ensino que vem sendo ofertado na escola da comunidade, o qual já havia sido problematizado desde as minhas pesquisas e estágios supervisionados realizados nos TCs na mesma comunidade. Nesse sentido, a partir das minhas experiências e dos dados das entrevistas com os interlocutores farei a exposição

desses resultados dialogando com os autores que discutem a questão da educação do campo e sua legislação.

As intervenções feitas na escola da comunidade Santana mostram que pouco se sabe ainda sobre a proposta da Educação do Campo e em decorrência disso os direitos à educação diferenciada não são reivindicados, um exemplo, é o fato da escola São José II não possuir seu próprio Projeto Político Pedagógico - PPP, com sua identidade própria, ou seja, seguir o que se orienta como sendo um projeto que respeita as especificidades. Assim, “as identidades próprias das escolas do campo, devem ser definidas ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos povos do campo” (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1/2002), Que de acordo com Hage (2010, p.5), “respeita seus saberes, a sua cultura, os seus valores, as especificidades e as particularidades do lugar onde eles vivem e sobrevivem”. Sobre isso o artigo 5º da resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica - CNE/CEB diz:

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeita diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. (RESOLUÇÃO CNE/CEB 1/2002).

Na concepção dos pais e mães entrevistados da comunidade, com relação à qualidade do ensino na escola da comunidade, dez deles acham que o ensino da escola São José II possui a mesma qualidade de ensino da cidade, já sete acham que o ensino da cidade é de melhor qualidade, devido a possibilidade de ter mais oportunidades de cursos complementares como informática, aumentando a chance de instrumentalização para trabalhar e estudar e assim ganhar experiências para a futura carreira profissional. Apenas cinco pais falaram que o ensino da comunidade tem boa qualidade e que os professores são qualificados para darem aula. Por outro lado, uma das entrevistadas diz que: “a escola da comunidade está inferior a uma outra escola do campo onde as meninas estudaram, mas mesmo assim elas estão se desenvolvendo nos estudos”. Outro interlocutor diz que o motivo pelo qual o ensino da comunidade se torna inferior é o fato de que têm alguns professores que moram na cidade e por esse motivo muitas vezes não podem estar presentes na escola e os alunos acabam ficando sem aula.

Algumas famílias têm mudado para a cidade para oferecer aos seus filhos possibilidades de educação com melhor qualidade. A visão de muitas famílias ainda consiste em acreditar que as escolas do campo não têm o mesmo “nível” de educação das escolas urbanas, e isso é um problema que precisa ser discutido e de se pensar possibilidades de mudanças, pois esse fator pode estar relacionado à grande rotatividade de professores que são

contratados e não possuem nível superior, pois segundo dados apresentados por Hage (2019) na reunião do Fórum de Educação do Campo da Região da Transamazônica e Xingu, dos 192 professores existentes em Anapu apenas 78 possuem o nível superior e 140 são contratados temporariamente.

Comenta uma mãe que “os professores precisam chamar mais a atenção dos alunos com suas aulas para que se torne mais atraente, para que os alunos não fiquem tão dispersos”, por isso se dá a importância de ter professores do campo qualificados, residentes da própria comunidade atuando na escola, pois quando é diferente: “a formação do professor posta e desenvolvida na área rural, transportada da área urbana, não valoriza a memória, história, produção e cultura do povo do campo” (ALENCAR 2010, p.216).

A construção do Projeto Político Pedagógico-PPP, quando é feita na escola e com a participação de todos, é uma maneira de contribuir para que a escola possa ter a identidade do campo e evitar situações que enfraquecem a qualidade do ensino, trazendo consequências como ausência dos alunos nas aulas, em decorrência do período chuvoso, além de conteúdos trabalhados que não tenham ligação com a realidade e cultura local. Dessa forma é possível dizer que parte das insatisfações existentes na Comunidade Santana, por parte dos pais, podem ser minimizadas com a iniciativa do diálogo. Pois, embora grande parte dos pais não tenham conhecimento dos amparos legais existentes, sabem exatamente o que querem: qualidade de ensino. A escola pode colaborar com esse anseio se houver diálogo, evidentemente que também é preciso a formação continuada dos profissionais docentes, valorização profissional, mas a junção das duas instituições (escola/comunidade) pode ser indispensável para buscar esses meios via Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em prol do crescimento educacional da comunidade Santana.

Por falta das propostas que respeitam as diferenças e especificidades locais, ocorre até hoje a fragilização da educação do campo na comunidade Santana, como por exemplo, a falta de adequações do calendário escolar à questão climática que termina prejudicando o ano letivo dos alunos. Diante de relatos por parte dos pais da Comunidade, a ideia de que no campo não é possível termos uma educação de qualidade é presente, se faz necessário mudar esse pensamento por meio de esclarecimentos qualificados, baseados na legislação brasileira para que venham entender que não importa o lugar onde estão inseridos para se ter uma boa educação desde que tenhamos também o comprometimento dos gestores públicos que venham colaborar junto à comunidade organizada e lutando por seus direitos.

A Educação do campo deseja uma relação para/no campo, considerando a vida que se realiza diariamente juntamente com a forma de lidar com o ambiente e dele retirar

seu sustendo. Existe uma luta de reconhecimento disso para virar conteúdo a ser trabalhado na escola com a perspectiva de mudar as relações de poder que existem. A função da escola não é a de conter o fluxo, mas de emancipar, e, pela mediação do conhecimento permitir escolhas autônoma, e posicionamento políticos coerentes. (SIKORA, 2013, p. 12).

Sabemos que não é de hoje esse pensamento contraditório que se tem sobre o campo, no entanto, quando falamos em possíveis transformação na realidade da educação do campo não queremos impor regras de que se somos do campo temos que viver no campo ou coisa do tipo. O intuito é que esteja claro que temos nossos direitos e independente de estar no campo ou na cidade eles devem ser válidos, respeitados e aplicados.

A Educação do campo se construiu pela passagem da política produzida nos movimentos sociais para o pensar/pressionar pelo direito do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo. Isso implicou um envolvimento mais direto com o Estado na disputa pela formulação de políticas públicas específicas para o campo, necessárias para compensar a histórica discriminação e exclusão desta população do acesso a políticas de educação, como a tantas outras. (CALDART 2009, p.51).

Ao buscar saber os anseios dos pais da comunidade Santana, sobre quais conteúdos que eles desejavam que seus filhos estudassem, tive respostas bastante diversificadas. Porém, seguem a mesma direção, no sentido de que surge a necessidade da família perceber que o aprendizado está fazendo sentido na vida do aluno, de maneira que se torne visível em situações do dia a dia como: atender um vizinho, se comportar em público, ler um livro, fazer uma conta ou desenvolver pequenas atividades na produção familiar. Desse modo, quando os pais veem seus filhos passando de ano e não demonstram nenhum nível a mais de conhecimento surge a preocupação, pois os mesmos querem que seus filhos se desenvolvam na proporção que vão subindo de nível escolar.

Quando questionados sobre o tipo de ensino que gostariam que seus filhos tivessem os entrevistados não foram unânimes em suas respostas. Surgiram respostas relacionadas à importância do ensino das diferentes áreas do conhecimento que sejam, de fato, voltadas para a realidade local, ainda tiveram pais que colocaram a questão do acesso à internet como muito importante para melhor qualificação escolar. Houve ainda pais que gostariam que tivessem aulas de reforço para melhorar o aprendizado dos seus filhos. Teve também entrevistado que acha necessário que os “professores fossem mais dinâmicos, interagissem com os alunos, assim acredito que os alunos se desenvolveriam melhor, e perderiam mais a timidez”. E por último, teve quem dissesse que: “do jeito que está indo está bom”, e ainda que “o ensino existente na escola, se trabalhado de forma correta já é suficiente para um bom aprendizado”.

A língua portuguesa também é uma das matérias que, segundo os entrevistados, precisa ser melhor trabalhada no intuito de que os alunos saiam mais capacitados. Seis pais disseram que gostariam que seus filhos estudassem mais “leitura”, ou seja, língua portuguesa, pois perceberam que os alunos possuem dificuldade de ler e escrever, um dos entrevistados disse: “meu neto veio aprender a ler no quinto ano”. De fato, em meus estágios, nos tempos comunidade foi possível perceber alguns alunos com dificuldade de ler e escrever, sendo que já são alunos do ensino fundamental maior, que por já terem passado pelas séries iniciais deveriam ter uma habilidade maior de leitura e escrita. Situações como essa ocorrem por uma série de questões, dentre elas, a falta de qualificação dos profissionais docentes e o desconhecimento da proposta da educação do campo que defende que:

A Língua Portuguesa pode e deve ser trabalhada nesse processo: do escutar, do fazer, do acertar, do errar, do tentar. Por que não ensinar Língua Portuguesa na horta da escola? Por que não fazer o senso família? E com o senso trabalhar História, Geografia, Português, Ciências, Matemática, etc. Por que nossos alunos têm que conhecer as Guerras Mundiais, O Rio Nilo, o Nordeste inteiro, mas não são sensibilizados a conhecer os conflitos nas associações da comunidade, o rio e/ou o açude que fica perto a sua casa, não conhecem a comunidade, costumes, cultura, os povos mais antigos, a história de sua vizinhança, etc.(SILVA; OLIVEIRA, 2017, p. 119).

Desse modo as autoras, deixam claro que os assuntos que fazem parte do cotidiano dos alunos permitem um melhor rendimento não só em língua portuguesa, como nas demais áreas do conhecimento, a partir do momento que o professor trabalha a realidade local, facilita o processo de ensino e aprendizagem e a interdisciplinaridade proporciona ao aluno questionar, pensar, ler e escrever, produzindo assim um desenvolvimento na “leitura”, e que talvez assim contemplariam o que almejam seus pais.

A interdisciplinaridade é entendida como “a necessidade de integrar, articular, trabalhar em conjunto” (AUGUSTO et al. 2004, p. 278). O trabalhar em conjunto, não se refere somente em unir-se em prol de desenvolver apenas uma atividade, mas, contextualizar os conteúdos de maneira que viajem por diversas disciplinas. Assim, o termo interdisciplinaridade utilizado aqui é baseado em um contexto que o conhecimento precisa ser trabalhado de forma aberta, e que não fique isolado apenas em uma única disciplina. Para Augusto et al. (2004), a abordagem disciplinar que comumente e tradicionalmente é utilizada pelas escolas possui conteúdos divididos, se mostra incapaz de promover um ensino que venha suprir as necessidades e demandas de aprendizagem nas escolas.

Ainda sobre o tipo de ensino que os pais gostariam que seus filhos tivessem, quatro deles dizem que seus filhos precisam estudar mais matemática. Um deles relata: “quando peço

para fazer uma conta fala que não sabe”. Isso nos faz perceber que de alguma forma eles querem algum retorno desse aprendizado no cotidiano da família, que seja na gerência dos negócios, no cálculo da renda da família, entre outros. Talvez assim contemplaria seus anseios, pois a concepção de muitos pais da comunidade Santana consiste em um pensamento do uso da matemática com utilidade nas práticas do cotidiano familiar, segundo Ramos (2017) alguns estudiosos acreditam que a matemática teria surgido de necessidades práticas urgentes do ser humano para contabilização de animais, demarcação de terras, chegando em mecanismos que permitiam a comercialização e valorização de objetos, dando origem ao dinheiro.

Podemos perceber que as necessidades de tempos atrás são em alguns casos as mesmas de hoje e por isso muitos pais, as vezes, interferem na liberdade dos filhos escolherem seus caminhos profissionais, em decorrência de manter a produção familiar, é claro que a autonomia da produção alimentar da família é importante, no entanto, não pode tirar a liberdade de formarem cidadãos críticos que defendam seu território não só como espaço próprio, mas como lugar de pessoas que tenham pensamentos de modo diferentes, capazes de enxergar a diversidade existente, podendo valorizá-los e o estudo pode contribuir para que ambas as situações sejam melhoradas. Nessa perspectiva, é importante “garantir uma educação que proporcione ao homem/mulher do campo condições de sobreviver dentro do capitalismo, mas sem perder sua essência campestre, nem os valores que os constitui” (COELHO, 2011, p.146).

Uma outra resposta que surgiu com relação ao que deveria melhorar no ensino foi sobre o acesso as tecnologias de informação. Três entrevistados gostariam que tivesse aula de informática, e acesso à internet. Comenta uma mãe: “a escola possui internet, mas os alunos não têm acesso e isso dificulta os trabalhos de pesquisa solicitados pelos professores”. Essa questão sobre o acesso a internet que impossibilita os alunos de fazerem pesquisas porque a escola não disponibiliza precisa ser discutida na escola São José II. Existe um questionamento por parte de alguns pais sobre a não disponibilização desse recurso, o qual poderia ser utilizado no aperfeiçoamento das aulas, para que de alguma forma os alunos pudessem já ter na própria escola acesso à informática, priorizando-os na pesquisa dos seus trabalhos e adquirindo experiência em uma das ferramentas tão essencial na vida contemporânea que é o computador e internet. Segundo Pinto e Santos (2017) as Tecnologias da Informação e Comunicação TICs, vêm cada vez mais sendo parte integrante da vida das pessoas, e a escola do campo não pode deixar de incorporá-las em sua prática pedagógica, pois estão inseridas na sociedade de maneira que é inviável viver sem elas.

Na comunidade Santana, os microcomputadores, desktops e notebooks ainda fazem parte de da vida de uma minoria, enquanto o celular faz parte da realidade das famílias e de boa parte dos alunos, especificamente do ensino fundamental maior, possuem aparelho celular, e isso pode de alguma maneira contribuir para a construção de aulas diferenciadas que fogem do ensino tradicional e agregam interesse por parte dos alunos, ajudando de certa forma aprimorar o conhecimento, um exemplo disso pode ser a construção de um relatório, com uso de imagens da produção familiar que pode envolver cálculos referentes a produção, sendo possível trabalhar em matemática, ou mesmo, através de fotos e/ou vídeos com a catalogação de plantas existentes no quintal de casa usadas, com fins alimentícios e medicinais, como chás para tratar febre, dores, inflamação e etc., conhecimento esses que valorizam o saber local e também podem ser trabalhados, por exemplo, nas aulas de ciências naturais.

A internet, embora não seja boa, e a escola não possua um laboratório de informática, existe o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo que através do decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, promove o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica, objetivando:

I - promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais; II - fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação; III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa; IV - contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas; V - contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação; e VI - fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais.

É preciso que o corpo docente, bem como coordenação, direção da escola e comunidade busquem juntamente com a SEMED meios para que essas tecnologias possam fazer parte da realidade pedagógica dos alunos, uma vez que o ProInfo é um programa nacional que foi criado há mais de uma década para atender tanto as escolas urbanas quanto as do campo.

A proposta da escola democrática e plural deve valorizar a diversidade e o respeito ao ser humano na sua complexidade. Nesse sentido, o ensino deve ser inclusivo, sendo muito importante a maneira como a escola lida com alunos com deficiência. Essa, portanto, foi uma questão enfatizada por uma mãe entrevistada, preocupada por sua filha, em alguns casos, ser

motivo de brincadeiras pejorativas, fazendo com que a mesma se sinta excluída da escola: “minha filha tem necessidades especiais e por isso sofre discriminação na escola, então, só queria que ela fosse tratada assim como os demais alunos”. Casos como esse criam situações que, se não percebidas, abrem caminho para o desrespeito, bullying e dificultam a inclusão da pessoa deficiente.

É imprescindível que os profissionais da educação estejam preparados para receber alunos que precisem de atendimento especializado, é importante que a escola possibilite medidas que sensibilizem os alunos a respeitarem as diferenças, combatendo o preconceito e a discriminação por qualquer que seja o motivo. A lei nº13.146/2015 no seu artigo 1º diz que: a pessoa com deficiência tem o direito assegurado de ser tratada em condições de igualdade e o exercício dos direitos as liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania. Diante do que diz a lei, a escola pode contribuir para esse exercício de promoção, inclusão e cidadania dos alunos com necessidades especiais.

Existem diferenças de pensamentos, em algumas questões, no entanto, as maiores demandas solicitadas pelos pais, em relação à escola e o ensino dos seus filhos, são iguais em sua maioria. Nesse sentido, Caldart (2003) diz que, quando os sujeitos do campo entendem o direito à escola e o direito de estudar, passam a discutir sobre a escola que querem ou precisam, e assim, sempre existe algo que pode melhorar. Ainda sobre a visão da autora, é preciso trabalhar junto com o movimento social do campo para construir um tipo de escola para eles e com eles. E, quando isso acontece, a aula torna-se mais dinâmica, permitindo ao aluno tirar dúvidas, fazer questionamentos e produzir conhecimento sem que exista necessidade de aulas de reforço como sugere um pai entrevistado. A qualificação docente para alcançar esse objetivo depende de uma formação para professor principalmente na área da Educação do Campo, mas, também a experiência profissional irá colaborar nesse processo.

Outra questão que se faz necessária ser levada em conta é que as escolas do campo deveriam construir um Projeto Político Pedagógico – PPP e um Plano Didático que contemplasse a necessidade da comunidade, valorizando sua vivência, cultura e saberes locais, sobre isso o artigo 28 da LDB/1996 diz que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. . (BRASIL, 1996, p.13).

Se isso acontecesse, seria mais “atraente” para os alunos e suas famílias e talvez contemplaria assim boa parte das necessidades da comunidade, além de seu direito à educação diferenciada está sendo respeitado. O artigo 12 da LDB/1996 nos incisos I a VI determina que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – Elaborar e executar sua proposta pedagógica; II – Administrar seu pessoal e seus recursos materiais financeiros; III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; IV – Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; V – Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; VI – articular-se com as famílias e comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. (BRASIL, 1996, p.14).

O PPP e plano didático da escola São José é urbanocêntrico, segue o mesmo modelo da cidade, isso é um problema, pois não contempla a necessidade da comunidade, mesmo assim, na visão de alguns pais a escola do campo não está no mesmo nível da escola urbana. Para Brasil (2007) o termo urbanocêntrico refere-se a uma visão de educação na qual o modelo didático-pedagógico utilizado na escola da cidade é o mesmo usado no campo. Esse fator está destoante do que trata os princípios da Educação do Campo, o Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010, o qual destaca como princípios: “O respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo” (BRASIL, 2010).

Se escolas da cidade e do campo seguem a mesma metodologia, por quais motivos as escolas das comunidades parecem estar em um nível inferior?

A educação do campo sempre enfrentou obstáculos durante a sua história, forçando a população camponesa muitas vezes a ir para a cidade onde até hoje enfrenta problemas de diversas ordens, na busca de melhorar de vida.

A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso as políticas e serviços públicos em geral. Esse fato contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950. (SILVA, JUNIOR E NETTO, 2011 p. 4).

Segundo Brasil (2007), durante algum tempo foi pensado em levar a educação para o campo para combater o avanço de pessoas pobres e conseqüentemente conter o crescimento da periferia nas cidades, para capacitar apenas o suficiente para suprir a demanda operária.

A educação do campo traz uma proposta diferenciada, valorizando os saberes locais e se trabalhada nessa perspectiva poderia diminuir os problemas encontrados na escola da

comunidade Santana, talvez não todos, porém, a maioria deles, inclusive o fato de famílias se mudarem para a sede do município em busca de melhores condições de ensino para seus filhos.

Mediante análise e reflexão podemos sugerir alternativas para esses problemas referentes as insatisfações de alguns pais da comunidade, tais como, buscar maneiras da família participar da escola, trazer conteúdos que colaborem com a vivência do campo, e preparar os alunos para a vida independente de onde estejam e de quais funções ou profissões exercem, de modo que não percam suas origens, sempre levar em consideração seus saberes e culturas locais, para que sejam capazes de tomar suas próprias decisões.

Quando os interlocutores foram inquiridos sobre se tivessem possibilidade de escolha, escolheriam que seus filhos estudassem na comunidade ou na cidade e por quê, a maioria dos interlocutores (14) respondeu que preferem que seus filhos estudem na comunidade, e descreveram os motivos: “devido ser próximo de casa, mais fácil ver o que está acontecendo na escola. O carro passa na porta de casa e quando acontece algum problema, como, por exemplo, o carro quebrar ou não sobe as ladeiras está perto de casa”; “Acredito que na escola têm professores qualificados para darem aula, por isso prefiro que estudem aqui na escola da comunidade”. Os demais interlocutores (8) têm preferência que seus filhos estudem na cidade, justificando que é devido ter mais oportunidades, tanto de estudo quanto de experiência profissional, melhor capacidade dos docentes, melhor qualidade de ensino, além de não depender, exclusivamente, do transporte escolar que no período chuvoso falta ou quebra, prejudicando o período letivo dos alunos e segundo uma família “por haver mais regra que na escola da comunidade”.

Os dados apontados pelos interlocutores sobre a realidade da educação na comunidade servem para refletirmos que mesmo que as condições atuais não sejam as melhores, por conta das dificuldades de se implantar a Educação do Campo e para o campo, podemos sempre dar um passo à frente em busca de novas conquistas, dispostos para o enfrentamento de novas demandas, a medida que forem surgindo no caminho da educação do campo. Acredita-se que os problemas de uma escola do campo podem ser minimizados com metodologias diferenciadas, participação de todos na construção do PPP, efetivação dos direitos e maior financiamento escolar. Essas contrapartidas levariam sim a escola a outro nível, porém, novas demandas surgiriam e conseqüentemente, outros problemas, isso obviamente, não é argumento para deixar de articular ideias e sugestões que busquem melhorias para a educação do campo

É importante destacar que todos têm o direito de escolher onde viver e o objetivo não é coagir as pessoas a continuarem no campo, e sim, permitir o direito de ter uma educação escolar de qualidade e voltada para as especificidades da comunidade e assim ter condições de tomar suas próprias decisões mediante suas reflexões e visão de mundo. A educação abre portas, tanto em oportunidades de trabalho, mas sobretudo na apropriação do conhecimento, e a escola pode contribuir positivamente, colaborando com o desenvolvimento da localidade.

Todos os pais são a favor da implantação do ensino médio na comunidade, segundo a fala de alguns: “desde que haja qualificação dos professores”, “seria uma boa, pois se tivesse acabariam um pouco das dificuldades, assim meus filhos não teriam que sair para estudar longe”, “seria bom, pois um dos meus filhos já vai ter que mudar para a cidade para fazer o ensino médio, despreocupava mais a gente”.

A legislação é clara quando diz que é dever do Estado garantir formação escolar para a população do campo. Nesse sentido a Resolução N° 1, de 3 de abril de 2002 em seu Art. 6° diz que:

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL,2002) .

A escola da comunidade Santana já tem uma boa estrutura, no entanto, ainda tem turmas só até o ensino fundamental maior e na medida em que os alunos vão concluindo surge a necessidade de continuarem estudando. Para isso, é necessário a implantação do ensino médio na comunidade, os pais são unânimes, quando interrogados sobre essa possibilidade, mediante algumas condições, como: profissionais qualificados, entretanto, qualificação é um desafio pois: menos de 50% dos professores do município possuem ensino superior (HAGE, 2019).

Nesse cenário, os cursos de formação de educadores têm se destacado como uma possibilidade de expansão da educação superior do campo, pressionados pelo número ampliado de professores que atuam nas escolas rurais de educação básica somente com o Ensino Médio e/ou Magistério, sem curso de graduação e/ou licenciatura adequada para as disciplinas específicas. (HAGE; SILVA, BRITO, 2016, p.148).

Para que ocorra a implantação do ensino médio é preciso que os profissionais docentes estejam habilitados para essa função e o curso de Educação do Campo vem contribuindo na formação de professores ao longo da transamazônica, inclusive no município de Anapu. É de

grande significância para a educação do município a oferta do curso de Educação do Campo, uma vez que essa necessidade de profissionais habilitados é um dos problemas educacionais local, tendo que lotar professores em áreas diferentes da sua formação, onde se deparam com dificuldades, as quais vem atingir o desenvolvimento do aluno em sala de aula, e fica evidente nas falas dos pais quando dizem que seus filhos precisam aprender mais “cálculos e leitura”. Situações como essas podem ser reduzidas com uma Matriz Curricular Organizada como diz Hage, Silva e Brito (2016), onde os professores, como estudantes da educação do campo do campo serão habilitados para docência multidisciplinar que contribuem para a construção do conhecimento e melhoria do ensino e aprendizagem na comunidade.

O desafio é que tenha novas ofertas de editais que contemplem as demais licenciaturas que ainda não foram ofertadas diante da organização das quatro áreas de conhecimento, pois o município foi contemplado com Ciências da Natureza e matemática, porém, Artes, Literatura e Linguagens; Ciências Humanas e Sociais e Ciências Agrárias, também são necessárias, pois, se novas turmas não forem abertas a educação do campo ainda continuará em prejuízo com a falta de professores formados nas demais áreas. Essa problemática ainda persiste por falta de incentivo financeiro do governo, diminuição de recursos para a educação que dificulta a abertura de novos editais/processos seletivos das universidades públicas para atenderem essa demanda.

Por mais que a educação do campo tenha alcançado espaço nos debates em nível federal, e com isso formulado leis que reconhecem a educação campestre, criando propostas que viabilizam a educação, respeitando as particularidades e diversidades do campo, muitos camponeses e mesmo profissionais da educação não têm conhecimento sobre esses amparos legais, Santos (2018), diz que essa apropriação ainda é necessária, para que o Estado venha assumir a educação do campo através de uma proposta educativa que garanta o direito constitucional de educação, incluindo todos cidadãos e cidadãs brasileiros que atenda as demandas da população campestre, a qual sempre sofreu dificuldades para garantir direito a uma educação de qualidade. Sobre a importância de valorização da educação do campo fica evidente na fala de um pai entrevistado: “falta o ensino médio na comunidade, tendo ele, valoriza mais o lugar”.

A constituição de 1988 no artigo 6º estabelece a educação como um direito social, para Rodrigues e Bonfim (2017), o termo social refere-se justamente ao sentido de dar a população do campo os mesmos direitos educacionais que as pessoas do meio urbano possuem, no mesmo patamar de igualdade. A proposta da educação do campo compartilha de

ideias semelhantes, no sentido de respeitar as especificidades e ao mesmo tempo promover qualidade no ensino.

Os alunos da escola São José II, na medida que os anos vão passando, precisam continuar estudando em novas etapas que não têm na comunidade, como o ensino médio, ao perguntar aos pais sobre essa questão, de seus filhos terem que sair para estudar, praticamente todos, com exceção de um, afirmaram estar preocupados, pois pretendem que seus filhos permaneçam estudando e para continuar a ter acesso a escola e aos estudos vão precisar usar o transporte escolar e assim viajar toda noite cerca de 60 km de ida e volta da comunidade para a cidade, como já acontece em alguns casos, ou deixar os filhos na casa de parentes ou amigos, e em algumas situações até necessitar mudar para a cidade. Uma mãe comenta: “tem que melhorar o transporte escolar, inclusive tive que colocar minha filha mais velha para estudar na Casa Familiar Rural devido o transporte escolar faltar muito, porque no inverno não consegue subir as ladeiras lisas.

A Lei nº9.394/96 no Artigo 1º diz que a educação alcança os procedimentos formativos que se alargam na vida familiar e na convivência humana, e no Artigo 3º, inciso I, fala que o ensino deve ser ministrado com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Nesse sentido, a importância do diálogo é essencial para a promoção e fortalecimento do diálogo entre as famílias, escola e poder público para pensar e planejar junto a implantação do Ensino médio na comunidade, pois existe demanda e amparo legal para viabilizar o funcionamento dessa categoria de ensino visando a ascensão do estudo dos jovens e sem que os mesmos tenham que abrir mão da convivência familiar.

Podemos destacar, então, quais são as principais questões que devem ser enfrentadas pela escola para que ela possa atuar de acordo com os princípios da Educação do Campo. Antes de mais nada, é preciso compreender que não se pode pensar em transformação da escola sem considerar as finalidades educativas e o projeto de formação do ser humano que fundamenta essas finalidades. (MOLINA, FREITAS, 2011, p. 25).

De acordo com as autoras acima, é preciso pensar para entender e em seguida buscar as práticas educativas baseadas na concepção do ser humano, quando isso não acontece torna uma educação fragmentada, e em se tratado da comunidade algumas pessoas buscam a qualidade educacional na cidade, abrem mão da sua terra, para que seus filhos continuem estudando.

Para Rodrigues e Bomfim (2017) A educação do campo preconiza o ensino de crianças jovens e adultos que vivem no campo, e por isso trata-se de um modelo de política pública que abre caminho para milhares de pessoas do campo terem acesso à educação com o mesmo nível de igualdade da população urbana. É possível desenvolver um ensino que

contemple as necessidades de aprendizagem, e que contribua significativamente para que a educação do campo venha crescer, dando sentido a realidade local e diminuindo talvez, a saída de algumas famílias para a cidade.

Sobre a proposta educacional para a Educação do campo, 19 dos entrevistados disseram que não têm conhecimento, porém, quando citei algumas das propostas isso fez com que duas mães lembrassem que houve uma vez a mudança do calendário escolar da comunidade, pelo menos uma interlocutora disse que acha que as propostas educacionais tanto da comunidade quanto da cidade eram iguais, e duas disseram ter conhecimento das propostas educacionais da Educação do campo.

Por mais que o movimento da Educação do Campo tenha lutado em busca de valorização e reconhecimento de igualdade para os povos camponeses e tenha alcançado resultados, no que se refere à educação, conforme vimos na LDB, muitos ainda não possuem conhecimento sobre esses direitos. No caso da presente pesquisa, mais da metade dos pais de alunos disseram não ter conhecimento da proposta da Educação do campo. Situações como essa dificultam a articulação da comunidade para tomar consciência dos seus direitos, pois é necessário conhecer a realidade do que está posto sobre os direitos para buscar práticas de construção coletiva que atendam a demanda local.

Segundo Souza (2012, p.760) “Essa prática de construção coletiva de políticas exige que, no interior do Estado e dos governos, existem pessoas e coletivos com conhecimento da realidade, das ideologias em jogo, dos fatores estruturais que dificultam o avanço da democracia e a superação das desigualdades no país”. Como referência de conhecimento podemos citar o movimento da Educação do Campo, que lutou para que tivéssemos acesso à políticas públicas para a educação camponesa, como o curso da Educação do campo que veio contribuir na formação de professores do campo e que conhecem a realidade do mesmo.

Outra questão colocada para os pais dos alunos foi o que eles pensam sobre o momento dos filhos precisarem sair para estudar fora da comunidade. Dos entrevistados apenas dois falaram que irá ser tranquilo, os demais, de forma geral, falaram que terão preocupações: “vai ser difícil, já vejo isso acontecendo com as pessoas que têm filhos estudando na cidade”, outra mãe diz: “vamos ter preocupação, no entanto não podem parar de estudar”, “gera preocupação por estar longe e não ter como estar acompanhando na escola”, “vai ser difícil, inclusive uma das minhas filhas já terá que estudar na rua (cidade) esse ano e acho que ela vai ficar morando na casa do padrinho dela, no inverno é muito dificultoso depender do transporte escolar”.

Ainda sobre essa questão, quatro pais falaram que pensam em mudar para cidade para que seus filhos continuem os estudos. Comenta uma mãe: “mesmo sabendo que vai nos

trazer preocupação, ainda assim, prefiro que meus filhos estudem na cidade”. Relata outro entrevistado: “vai ser ruim, mas se preciso for, vou deixar na casa de parente na cidade para continuar os estudos”. Ainda, a fala de outro pai: “vai ser complicado, vamos ter que arrumar um transporte para que ele vá até na vila, pois o carro que leva os alunos do ensino médio só vem até na vila”.

“Achei que ia ser bom ela estudar na cidade, mas veio os problemas, um deles é o transporte escolar, enquanto não chega em casa não consigo dormir preocupada, também já tentamos colocar ela na cidade, na casa do padrinho dela, mas ela não acostumou morar lá, acho que é porque só moram eles dois na casa e a madrinha dela é muito calada e aqui em casa somos muitas pessoas, é muito barulho, acho que ela sentiu falta”.

Boa parte das famílias entrevistadas preferiam que os filhos fizessem o ensino médio na escola da comunidade, pelo fato da proximidade da escola com suas casas, facilitando o acompanhamento dos filhos no processo de ensino/aprendizagem, no comportamento e por acreditar que a escola possui professores qualificados para dar aula para seus filhos. Embora a maior parte desses alunos dependam do transporte escolar, a distância ainda assim é menor do que irem para escola da cidade. Comentário de uma mãe diz que: “me preocupo com tanta coisa, não sei nem como vamos fazer, não quero tirar meus filhos de perto de mim, já fico preocupada com minhas sobrinhas que vão para rua no carro, elas fazem o ensino médio”. Os demais pais disseram que sabem que vai ser difícil, porém, se não tiver outra alternativa terão que colocar seus filhos para estudar na cidade.

A necessidade de utilização do transporte escolar acaba gerando situações que prejudicam o ano letivo dos alunos, seja em decorrência das estradas intrafegáveis em tempos chuvosos, seja também por problemas mecânicos nos veículos, essas circunstâncias ocasionam a ausência dos alunos nas aulas por algumas vezes. A LDB no seu artigo 18 no 2º § diz que a escola pode adequar-se as suas particularidades locais, em relação as situações climáticas e econômicas, a critério do referente sistema de ensino, para que não haja redução do número de horas letivas. Essa diminuição é um dos motivos que alguns pais, dizem preferir o ensino da cidade, além de defenderem que o ensino urbano tem docentes melhor qualificados, escola mais organizada e os seus filhos teriam mais oportunidade tanto no estudo quanto na carreira profissional.

É fundamental a maneira como os pais da comunidade vêem a escola para que ela permaneça crescendo, sendo um ambiente de valorização da cultura, de transformação e de

conhecimento. Quando isso não acontece alguns pais preferem ir para a cidade oferecer um ensino de “qualidade” para seus filhos e não lutam para que a escola da comunidade, por exemplo, tenha o ensino médio e seus filhos possam estudar sem precisar sair do lugar onde moram.

Perguntei também se eles tinham conhecimento sobre a lei que nos garante estudo de qualidade sem que tenha a necessidade de sair de onde moram. A metade dos pais interrogados disseram não ter conhecimento sobre a lei, uma mãe disse não ter conhecimento, porém, acha que é possível que as crianças estudem sem que precisem sair de onde vivem. Os demais disseram ter conhecimento da lei, “mas não acontece aqui na escola”; “Sei sim, só que não é cumprida”. Por isso, a importância de buscar o conhecimento para a efetivação dos amparos legais, pois no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº8.069/90 no artigo 53 nos incisos I e V, diz que a criança tem o direito ter condições de igualdade ao acesso gratuito e permanência da escola próxima a sua residência.

Qualidade é um elemento essencial para o bom funcionamento da escola, inclusive, para o ensino. Na busca de saber o ponto de vista dos entrevistados em relação ao que poderia melhorar para que o ensino na escola da comunidade fosse de qualidade, as repostas foram diversas e demonstraram que os anseios é que muitos aspectos possam ser melhorados, começando desde o transporte escolar, estrutura da escola, quadro de profissionais, alimentação, a maneira como é desenvolvida a regência das aulas e o diálogo entre a escola e família. Para Marinho e Vale (2017), a coletividade é um detalhe pedagógico importante para demonstrar que a prática da organização não se constrói sozinha, por isso a necessidade da participação da comunidade na escola, pois direção, coordenação, professores, alunos e pais podem contribuir para que a escola prepare seus educandos não somente em um contexto escolar, mas para a vida.

E por último indaguei os pais com a seguinte pergunta: do seu ponto de vista, o que faltaria para melhorar a qualidade de ensino na escola são José II? Foram diversificadas as falas deles, porém as mais colocadas foram: a qualificação dos professores, o transporte escolar e a manutenção dos banheiros. Outras repostas pertinentes foram relacionadas à estrutura física da escola: “teria que ter salas amplas, também murar a área da escola, muitas coisas, ainda falta uma quadra para recreação”. Sobre os profissionais da educação, “Precisa de uma melhor coordenação na escola, mais educação, ensino de qualidade, fazer mais leitura”, “acho que precisa de mais atenção dos governantes”.

Um ponto considerado importante pelos interlocutores é a alimentação escolar, como podemos perceber no diálogo a seguir: “tem que melhorar a alimentação da escola, são

muitos produtos industrializados quase nada é natural, e as meninas sentem falta, pois estudaram em outra escola no campo que elas gostavam do lanche, era variado e a alimentação era boa”. Sobre essa questão, existem os Programas de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que promovem o acesso a alimentação e incentivo a agricultura familiar, além de determinar que 30% dos recursos da merenda escolar devem ser usados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar, como descreve o Artigo 14 da Lei Nº 11.947, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola da educação básica.

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL 2009).

Para alcançar a qualidade de ensino, é preciso ter sonhos e sobretudo ação para promover as mudanças que precisamos, segundo Marinho e Vale (2017), essa mobilização requer pessoas que saibam lutar pelos seus direitos e colocá-los em prática, só assim teremos uma educação de qualidade e liberdade, pois através do diálogo aliado a uma atividade que vai além da teoria é que poderemos amenizar o grau dessa problemática em relação as insatisfações das famílias referente ao ensino . Embora os entrevistados falem do que é necessário para que se tenha uma boa qualidade de ensino, não acontece nem uma articulação nesse propósito, dificultando assim de haver alguma melhoria. Segundo as autoras acima citadas:

Como em qualquer outra área, educação também tem uma deficiência, e percebemos algumas falhas na sensibilidade de educadores, escolas e Secretarias de Educação, no sentido de priorizar mais a preparação dos seus colaboradores e educandos, e isso reflete no seio familiar, onde os pais e mães estão preocupados, porque o reflexo disso, dessa deficiência, em boa parte, saiu de dentro de casa, e hoje se reflete no seio da sociedade, que somos nós. (MARINHO; VALE, 2017, p. 7).

Coelho (2011) traz uma reflexão em relação a função da escola, a qual se faz necessária para refletirmos a problemática da comunidade Santana.

A escola, para ser parte importante das estratégias de desenvolvimento rural, precisa construir um projeto educativo contextualizado, que difunda outra lógica de desenvolvimento apoiado nas alternativas ambientalmente sustentáveis, socialmente democráticas e economicamente justas, mas com qualidade de vida satisfatória ao homem/mulher do campo, haja vista a constituição camponesa possuir uma organização social adaptada às condições técnicas da produção agrícola, a um estilo de vida específico e a sociabilidade inerente a esse povo. (COELHO, 2011, p. 146)

A sensibilidade dos profissionais contribui para entender no processo de ensino/aprendizagem se algo precisa ser melhorado, Marinho e Vale (2017), comentam que existe sempre uma deficiência, por parte das instituições de ensino, nesse sentido faz-se necessário pensar em uma preparação para os professores e alunos para promover a diminuição de situações que enfraquecem a qualidade do ensino, como, por exemplo, a ausência do transporte escolar, por falta de manutenção, e o período chuvoso que também acaba interferindo na qualidade/quantidade de aulas perdidas pelos alunos. Situações como essas, além de financeira, estrutural e a falta de qualificação dos profissionais docentes, ou de qualquer outra natureza pode ser melhor administradas e amenizadas através de planejamento, discussão e mobilização.

Para buscar meios de alcançar uma educação de qualidade Brasil (2006), afirma que todas as questões aqui apresentadas sobre o modelo de ensino que vem sendo trabalhado e as insatisfações dos pais, exige do poder público ações que contribuam, trazendo uma proposta democrática, e nela o fortalecimento do conselho escolar, que poderá ser a passagem para o estabelecimento de políticas públicas relativas para a do campo, quanto para discussões coletivas que objetivam a organização de ações próprias da escola do campo, no nível local. Entretanto, é essencial buscar planejamento e gestão democrática que facilite a participação da família na escola, através do diálogo e reflexão para encontrar meios de amenizar as insatisfações, são ações que talvez possam contribuir para a efetivação de uma educação que contemple os anseios que já foram declarados acima pelos interlocutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados apresentados, podemos entender que é possível avançar em direção ao processo de ensino/aprendizagem que contribua para a diminuição das insatisfações presentes na comunidade, se mediante o diálogo e mobilização a comunidade e escola fizerem as adequações necessárias para que a educação aconteça de modo a contemplar a necessidade local. Embora as reclamações dos pais sejam diversas, elas possuem sentidos parecidos, ou seja, objetivam que seus filhos se desenvolvam em seus estudos, em uma escola que ofereça ensino de qualidade e que respeite o seu modo de vida.

Posso corroborar sobre essa fragilidade educacional da escola do campo colocada pelos interlocutores, pois nasci no campo e faço parte desta realidade. Fazer parte do Curso de Educação do Campo contribuiu na minha vida de forma extraordinária, principalmente na questão de mudança de pensamento, através de esclarecimentos sobre nossos direitos como pessoas do campo. Passei a ver essas situações de outra forma, antes

achava que não tinha outra alternativa a não ser se conformar com as dificuldades, mas, a partir do momento que tive acesso a essas informações, dos nossos direitos como cidadãos(ãs) do campo, meu pensamento se transformou, e com isso surgiram novas perspectivas e junto o desejo de levar essas informações para as demais pessoas da minha comunidade, que muitas vezes desacreditam no ensino do campo por não saberem dos seus direitos assim como eu anteriormente, mostrar o quanto é importante suas participações para o crescimento educacional que embora surgem desafios, tenhamos forças para juntos lutarmos pelas mudanças necessárias para a Educação do Campo que sonhamos.

Nós como futuros professores do campo temos a responsabilidade de levar esses conhecimentos para os nossos alunos, para assim já saberem tomar suas próprias decisões, não se sentirem inferiores, assim como eu me sentia anteriormente, por estar estudando em uma escola do campo, onde sofremos com tamanho descaso, que muitas das vezes acontece por falta de informações sobre os amparos legais que já foram conquistados através de lutas travadas para que pudéssemos ser reconhecidos dentro da sociedade. Saber que somos tão importantes quanto os alunos que estudam na cidade, daí a importância do respeito pelas nossas especificidades, e ao contrário do que dizem, incentivar a ter autonomia para fazer críticas construtivas em defesa da Educação do Campo, pois enquanto permanecemos calados e parados será impossível de haver mudanças.

A educação abre portas, tanto em oportunidades de trabalho, mas sobretudo na apropriação do conhecimento, e a escola pode contribuir positivamente, colaborando com o desenvolvimento da localidade. O desafio de buscar alternativas para o sentimento de pertencimento da escola pela comunidade, de modo que as demais pessoas, além do corpo docente, participem das decisões, do planejamento e da melhoria do ensino é grandioso, mas não é impossível quando analisamos as reflexões dos autores citados ao longo desse artigo, é importante pensar que para trilhar longos caminhos é necessário dá o primeiro passo. Nesse sentido, para desenvolver uma Educação do Campo para o campo, é preciso que alguém tome a iniciativa, e o curso de Educação do Campo da UFPA, Altamira me desafia a não ficar parada diante desse cenário.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Thaís Gimenez da Silva. et al. **Interdisciplinaridade**: concepções de professores da área ciências da natureza em formação em serviço. *Ciência & Educação*, v. 10, n. 2, p. 277-289, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v10n2/09.pdf>> Acesso em 1 de abril de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal, Brasília, DF, 2016. 496p.

BRASIL. LEI n° 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em 19 de março de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação Do Campo**: Marcos Normativos. Brasília – DF, 2012. 96 p.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**: conselho escolar e a educação do campo. Brasília – DF, 2006. 91p.

MOLINA, Mônica Castagna, FREITAS, Helena Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *In* Em aberto. **Educação do Campo**. (Orgs) Molina, Mônica Castagna; Freitas, Helena Célia de Abreu. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, MEC/INEP, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011

BRASIL. 9.394/96, Câmara dos Deputados, Brasília, 2017 26p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do campo**: diferenças mudando paradigmas. Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e diversidade/MEC/SECAD 2, Brasília – DF, 2007 80p.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Lei 10.696/2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 11.947/2009.

CALDART, ROSELI Salete. **Educação do Campo**: notas para uma análise de percurso. Rio de Janeiro, v.7 n.1, p.35-64, mar./jun.2009.

COELHO, Leila Rocha Sarmiento. **A função social da escola na educação do campo**. *Revista Lugares de Educação*, v.1, n. 2, p. 136-149, jul. -dez. 2011.

Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm> Acesso em: 18 de março de 2019.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Educação do campo e Educação Rural**. Belém: UFPA, 2013 7p.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Da educação rural à educação do campo: um enfoque sobre as classes multisseriadas**. IV Colóquio Internacional. Laranjeiras, Ceará, 11p, 2010. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/da-educacao-rural-a-educacao-do-campo-um-enfoque.pdf/view>> Acesso em: 19 de Dezembro de 2018.

HAGE, Salomão Mufarrej. REUNIÃO DO FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO DA TRASAMAZONICA E XINGU: slides, Altamira. 20 anos da educação do campo e do PRONERA. Pará: UFPA, 2019.

HAGE, Salomão Mufarrej; SILVA, H. S. A.; BRITO, M. M. B. **Educação superior do campo: desafios para a consolidação da licenciatura em educação do campo**. Educação em Revista. Belo Horizonte, v32. n.04. p. 147-174, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010246982016000400147&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 21 de março de 2019.

JUNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva; NETTO, Mário Borges. Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades. **Revista Eletrônica de Cultura e Educação**, n 3, p. 45-60, nov, 2011.

Lei 8069/90 Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 24 de janeiro de 2019.

MARINHO, Luciana Gomes; VALE, Patrícia Nogueira do. **Uma análise comparativa entre educação do campo x educação urbana**. UFMA: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2017, 10 p. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/umaanalisecomparativaentreducacaodocampoeducacaourbana.pdf>. Acesso em 25 de março de 2019.

RAMOS, Taurino Costa. **A Importância Da Matemática Na Vida Cotidiana Dos Alunos Do Ensino Fundamental II**. Cairu em Revista. n.9, p. 201-218, 2017. Disponível: <https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/20171/11_IMPORTANCIA_MATEMATICA.pdf> Acesso em 18 de março de 2019.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz; BONFIM, Hanslivian Correia Cruz. EDUCERE: **A educação do campo e seus aspectos legais**. 2017, p. 1373-1386. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf> Acesso em: 21 de março de 2019.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **Histórico da educação do campo no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017, 10 p.

SANTOS, Marilene. **Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação.** Ensaio: aval. pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 26, n.98, p.185-212, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v26n98/1809-4465-ensaio-26-98-0185.pdf>> Acesso em 21 de março de 2019.

SILVA, Rosangela Maria; OLIVEIRA, Rosineide Alves. **A Educação do Campo e as aplicabilidades do ensino da língua portuguesa.** TC BRASIL. João Pessoa, v.1. n.1, p. 108-122, 2017. Disponível em: <<http://revistatcbrasil.com.br/wpcontent/uploads/2017/08/1107.pdf>>. Acesso em 18 de março de 2019.

SIKORA, Denise. **A educação e seus condicionantes frente ao êxodo rural.** 2013. 48-61 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312647438_A_educacao_e_seus_condicionantes_frente_ao_exodo_rural. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação do Campo, desigualdades sociais e educacionais.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>> Acesso em 24 de março de 2019.

WHYTE, W F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005, 390 p.